

PLOA 2027 • APRESENTAÇÃO DAS TABELAS

Orçamento do Poder Judiciário da União para 2027

Impressões à luz da trajetória orçamentária recente

Jean Peres • Maria Alice Luz • Maria Clara Vieira

Estudo elaborado para o Sitraemg — Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais

Do Teto de Gastos ao Novo Arcabouço Fiscal

Teto de Gastos

EC nº 95/2016

Despesas primárias limitadas à correção pela inflação. Sem crescimento real do orçamento.

Novo Arcabouço Fiscal

LC nº 200/2023

Crescimento real da despesa atrelado à receita e às metas de resultado primário.

2016

Teto de Gastos passa a vigorar

2020–2023

Pandemia: restrições a reajustes, criação de cargos e admissões

2023

Fim do Teto e aprovação do Novo Arcabouço Fiscal

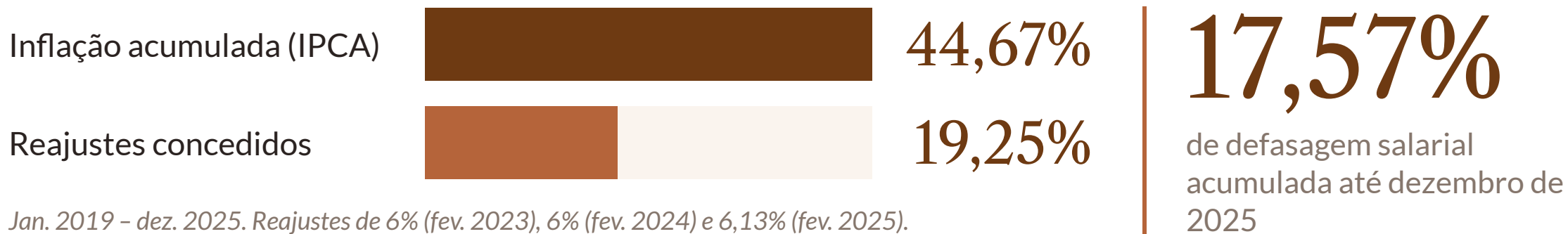
Abr. 2025

STF (ADI 7.641): receitas próprias fora do limite do NAF

2026

Déficit de 2025 apurado: Pessoal limitado a 0,6% real até 2030

Teto de Gastos: o custo da contenção para os servidores



20,39%

defasagem antes do reajuste de
julho de 2026



14,16%

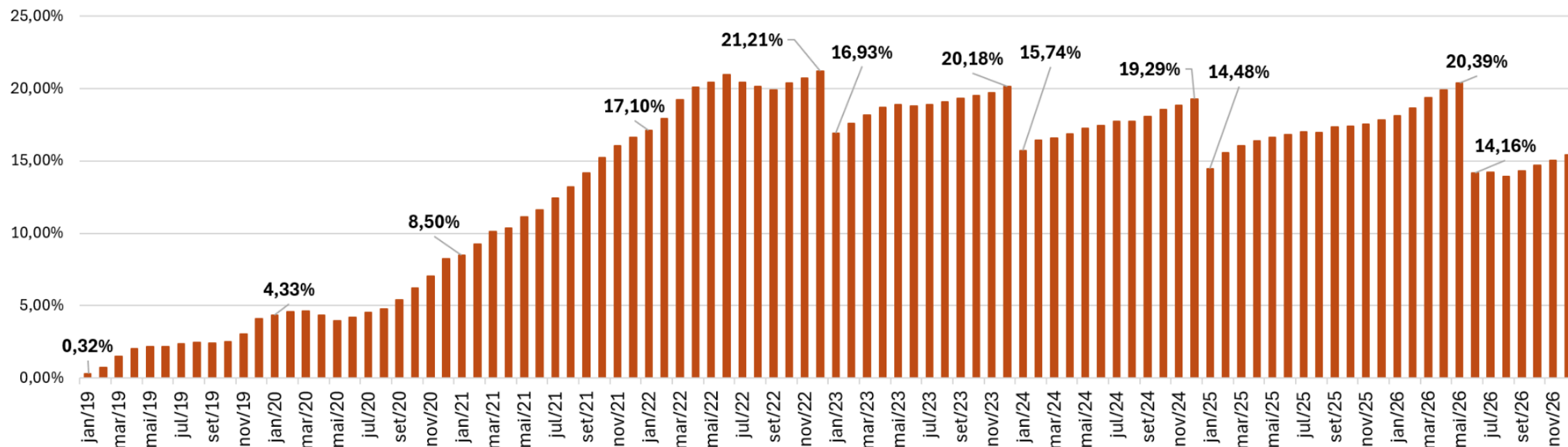
após o reajuste linear de 8% (jul.
2026)



10,57%

com a derrubada do Veto nº
45/2025 (8% em jul. 2027)

Defasagem salarial real dos servidores, 2019–2026



Defasagem = $1 - (\text{índice de reajuste salarial acumulado} / \text{IPCA acumulado})$. Base = 100 em janeiro de 2019. Pico de **21,21%** em dezembro de 2022; após o reajuste de 8% de julho de 2026, a defasagem cai de **20,39%** para **14,16%**.

Novo Arcabouço Fiscal: como funciona o limite

META DE RESULTADO PRIMÁRIO CUMPRIDA

70%

do crescimento real da receita primária (12 meses até junho) pode virar crescimento real da despesa

META DESCUMPRIDA

50%

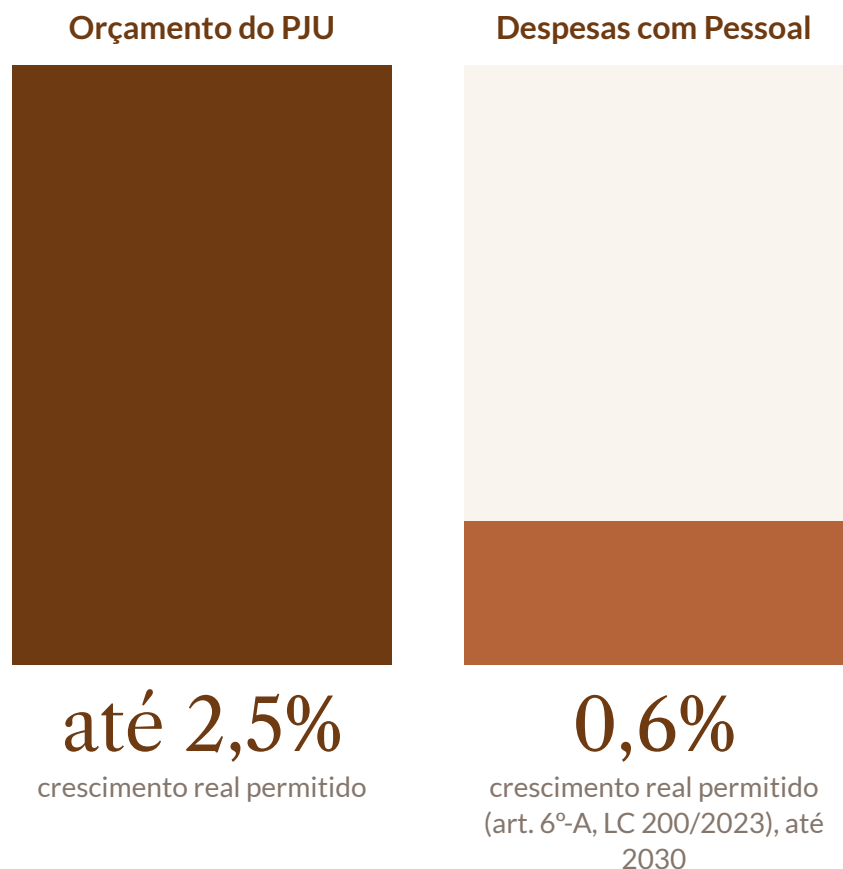
do crescimento real da receita primária

Faixa de crescimento real da despesa



Em qualquer caso, a expansão real da despesa não pode ser inferior a 0,6% nem superior a 2,5%.

O paradoxo do NAF



Com o déficit primário de 2025, a LDO 2027 limita o crescimento real de Pessoal ao piso de **0,6%** — menos de um quarto do teto aplicável ao orçamento.

Mas as **receitas próprias** do Judiciário ficam fora do limite do NAF (STF, ADI 7.641, abr. 2025), e podem financiar Pessoal via remanejamentos.

“Subtrai-se dele somente aquilo que o Poder Judiciário angaria por iniciativa própria.”

— Relator, ADI 7.641

Sob o NAF, um orçamento em recomposição

+12,2%

crescimento nominal do orçamento do PJU em 2026 — o melhor resultado desde 2016

+8,5%

crescimento nominal previsto para 2027, ainda acima da média dos dez anos anteriores

134.204

servidores ativos, inativos e pensionistas no PJU

Sob a margem superior do NAF e com o peso das receitas próprias, o orçamento do PJU entra em trajetória de recomposição. É esse cenário de maior previsibilidade que abre espaço para o debate sobre a recuperação do poder de compra e a **Reestruturação de Cargos e Carreiras** — tema das tabelas a seguir.

TABELA 1

Evolução do orçamento do PJU, 2022–2027

R\$ BILHÕES CORRENTES	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Pessoal e Encargos Sociais	41,9	45,6	47,8	51,6	56,6	61,8
Outras Despesas Correntes	11,5	12,3	13,9	13,2	16,2	16,4
Investimentos	0,9	1,8	1,2	0,9	0,9	1,8
Total geral	54,4	69,7	62,8	65,7	73,7	80,0
Participação de Pessoal	77,0%	76,3%	76,0%	78,6%	76,8%	77,2%

+47,2%

orçamento global, 2022–2027

+47,5%

Pessoal e Encargos Sociais, 2022–2027

77,2%

peso de Pessoal no orçamento de 2027

TABELA 2

Comparação do orçamento de 2026 para 2027

	CRESCIMENTO NOMINAL (R\$)	CRESCIMENTO (%)
Pessoal e Encargos Sociais	5.156.236.253	9,1%
Orçamento global	6.290.501.903	8,5%

73,7 → 80,0

orçamento global, R\$ bilhões (2026 → 2027)

56,6 → 61,8

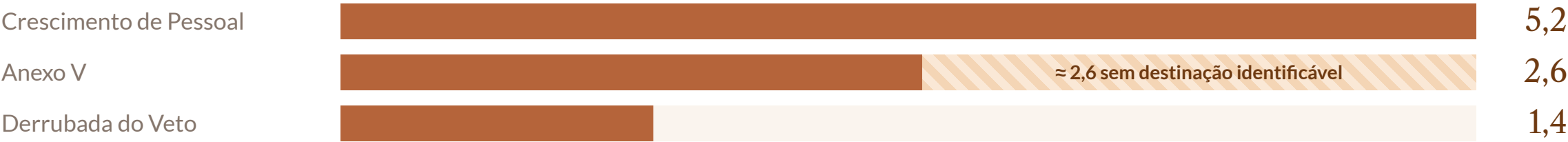
Pessoal e Encargos Sociais, R\$ bilhões

Base de 2026 sem a Reserva de Contingência (≈ R\$ 1,25 bilhão). 2026: Dotação Atualizada; 2027: Projeto de Lei.

TABELA 3

Referências de custo e o crescimento de Pessoal

REFERÊNCIA	ESCOPO CONSIDERADO	CUSTO	PARCELA DOS R\$ 5,2 BI
Derrubada do Veto	Reajuste de 8% a partir de julho de 2027 para cerca de 134 mil servidores ativos, inativos e pensionistas (Analista, Técnico e Auxiliar), com encargos.	R\$ 1,4 bi	27,6%
Anexo V da PLOA 2027	Criação e provimento de cargos, vantagens, aumentos de remuneração e alterações nas estruturas de carreiras.	R\$ 2,6 bi	51,2%



R\$ bilhões. As referências são proxies com escopos distintos e não devem ser somadas.

Anexo V da PLOA 2027 — síntese por órgão

ÓRGÃO	ITEM I • CARGOS, FUNÇÕES E GRATIFICAÇÕES	ITEM II • VANTAGENS E REMUNERAÇÃO	TOTAL
Supremo Tribunal Federal	R\$ 1.689.917	R\$ 32.621.611	R\$ 34.311.528
Superior Tribunal de Justiça	R\$ 14.044.353	R\$ 61.126.733	R\$ 75.171.086
Justiça Federal	R\$ 84.664.612	R\$ 568.201.987	R\$ 652.866.599
Justiça Militar da União	R\$ 8.314.982	R\$ 18.769.590	R\$ 27.084.572
Justiça Eleitoral	R\$ 119.767.814	R\$ 308.302.405	R\$ 428.070.219
Justiça do Trabalho	R\$ 103.574.530	R\$ 1.158.800.429	R\$ 1.262.374.959
Justiça do DF e Territórios	R\$ 12.319.744	R\$ 131.196.486	R\$ 143.516.230
Conselho Nacional de Justiça	R\$ 9.453.344	R\$ 8.727.153	R\$ 18.180.497
Total	R\$ 353.829.296	R\$ 2.287.746.394	R\$ 2.641.575.690

Anexo V · Item I — Cargos, funções e gratificações

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO	ORÇAMENTO
Total do Item I			R\$ 353.829.296
Supremo Tribunal Federal		18	R\$ 1.689.917
Cargos vagos		18	R\$ 1.689.917
Superior Tribunal de Justiça		141	R\$ 14.044.353
Cargos vagos		141	R\$ 14.044.353
Justiça Federal	914	704	R\$ 84.664.612
AntePL – criação de 15 Varas Federais (1ª, 4ª e 5ª Regiões)	476	32	R\$ 3.144.478
AntePL – criação de 4 Varas Federais (6ª Região)	136	68	R\$ 6.242.445
Lei 15.401/2026 – 2 varas no AM e 6 no MS	302	104	R\$ 9.567.265
Cargos vagos		500	R\$ 65.710.424

Anexo V · Item I — Cargos, funções e gratificações

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO	ORÇAMENTO
Justiça Militar da União		80	R\$ 8.314.982
Cargos vagos		80	R\$ 8.314.982
Justiça Eleitoral	10	952	R\$ 119.767.814
PL 1.761/2015	10	10	R\$ 2.057.424
Cargos vagos		942	R\$ 117.710.390
Justiça do Trabalho	866	1.176	R\$ 103.574.530
AntePL – criação de função comissionada	270	270	R\$ 18.134.140
PL 956/2015	236	236	R\$ 9.704.643
PL 1.400/2015	264	264	R\$ 29.407.612
PL 7.927/2014	45	45	R\$ 5.694.545
PL 8.332/2015	51	51	R\$ 6.559.688
Cargos vagos		310	R\$ 34.073.902

Anexo V • Item I — Cargos, funções e gratificações

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO	ORÇAMENTO
Justiça do DF e Territórios		114	R\$ 12.319.744
Cargos vagos		114	R\$ 12.319.744
Conselho Nacional de Justiça	78	78	R\$ 9.453.344
AntePL – Depto. de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Intern. de Direitos Humanos	13	13	R\$ 1.502.123
Lei 15.366/2026	65	65	R\$ 7.951.221

Autorizações de que trata o art. 169, § 1º, II, da Constituição e o art. 120, IV, do PLN nº 2/2026 (PLDO 2027).

Anexo V • Item II — Vantagens e remuneração

DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO
Total do Item II	R\$ 2.287.746.394
Supremo Tribunal Federal	R\$ 32.621.611
AntePL – Reserva para aumento de remuneração de cargos, funções e gratificações	R\$ 32.621.611
Superior Tribunal de Justiça	R\$ 61.126.733
AntePL – Aumento de remuneração de cargos efetivos	R\$ 55.370.366
AntePL – Aumento de remuneração de funções e gratificações de livre provimento	R\$ 5.756.367
Justiça Federal	R\$ 568.201.987
AntePL – Reajuste sobre remuneração de cargos, funções e gratificações	R\$ 568.201.987
Justiça Militar da União	R\$ 18.769.590
PL 4.750/2025 – Reajuste da remuneração de cargos, funções e gratificações do PJU	R\$ 18.769.590

Anexo V • Item II — Vantagens e remuneração

DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO
Justiça Eleitoral	R\$ 308.302.405
AntePL – Reserva para aumento de remuneração de cargos, funções e gratificações	R\$ 308.302.405
Justiça do Trabalho	R\$ 1.158.800.429
AntePL – Recomposição salarial – cargos e funções de livre provimento	R\$ 96.465.410
AntePL – Recomposição salarial da carreira	R\$ 1.062.335.019
Justiça do DF e Territórios	R\$ 131.196.486
AntePL – Reserva para aumento de remuneração de cargos, funções e gratificações	R\$ 131.196.486
Conselho Nacional de Justiça	R\$ 8.727.153
AntePL – Reserva para aumento de remuneração de cargos, funções e gratificações	R\$ 8.727.153

Síntese dos resultados

R\$ 80,0 bi

Orçamento do PJU projetado para 2027, cerca de R\$ 6,3 bi acima da base comparável de 2026.

R\$ 5,2 bi

Parcela desse crescimento que vai para Pessoal e Encargos Sociais.

R\$ 1,4 bi

Impacto estimado da derrubada do Veto nº 45/2025 no 2º semestre de 2027.

R\$ 2,6 bi

Autorizações do Anexo V para cargos, vantagens e estrutura de carreiras.

≈ metade

Do crescimento de Pessoal sem destinação identificável — espaço para o debate sobre a Reestruturação de Cargos e Carreiras.

Excedente orçamentário — possibilidades

Cerca de **R\$ 2,6 bilhões** do crescimento de Pessoal em 2027 não têm destinação identificável nos documentos orçamentários. Essa parcela poderia ser apropriada para demandas dos servidores, entre as quais a **Reestruturação de Cargos e Carreiras** se mostra a mais premente.

R\$ 509,5 mi

Cenário 1 • Técnico a 64,2% do Analista

R\$ 1,01 bi

Cenário 2 • Técnico a 67,4% do Analista

TABELA 4

Proporções por cenário e custo adicional

CARGO	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2
Técnico	64,2%	67,4%
Auxiliar	45,0%	48,0%
Custo adicional	R\$ 509.470.482,90	R\$ 1.010.705.085,35

60,9%

proporção atual Técnico / Analista

85%

proporção pleiteada pela categoria

Proporção do vencimento (básico + GAJ) em relação ao Analista Judiciário no mesmo padrão.

Salários por cenário — Analista

PADRÃO	JAN.–JUN. 2027	JUL. 2027 (BASE)	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2
C13	R\$ 24.085,23	R\$ 26.012,05	R\$ 26.012,05	R\$ 26.012,05
C12	R\$ 23.383,70	R\$ 25.254,40	R\$ 25.254,40	R\$ 25.254,40
C11	R\$ 22.702,63	R\$ 24.518,84	R\$ 24.518,84	R\$ 24.518,84
B10	R\$ 22.041,38	R\$ 23.804,69	R\$ 23.804,69	R\$ 23.804,69
B09	R\$ 21.399,42	R\$ 23.111,38	R\$ 23.111,38	R\$ 23.111,38
B08	R\$ 20.245,41	R\$ 21.865,05	R\$ 21.865,05	R\$ 21.865,05
B07	R\$ 19.655,73	R\$ 21.228,19	R\$ 21.228,19	R\$ 21.228,19
B06	R\$ 19.083,24	R\$ 20.609,90	R\$ 20.609,90	R\$ 20.609,90
A05	R\$ 18.527,41	R\$ 20.009,60	R\$ 20.009,60	R\$ 20.009,60
A04	R\$ 17.987,81	R\$ 19.426,83	R\$ 19.426,83	R\$ 19.426,83
A03	R\$ 17.017,75	R\$ 18.379,17	R\$ 18.379,17	R\$ 18.379,17
A02	R\$ 16.522,08	R\$ 17.843,85	R\$ 17.843,85	R\$ 17.843,85
A01	R\$ 16.040,88	R\$ 17.324,15	R\$ 17.324,15	R\$ 17.324,15

Para analistas, os Cenários 1 e 2 coincidem com o cenário base de julho de 2027. Vencimento básico + GAJ.

Salários por cenário — Técnico

PADRÃO	JAN.–JUN. 2027	JUL. 2027 (BASE)	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2
C13	R\$ 14.679,71	R\$ 15.854,09	R\$ 16.699,73	R\$ 17.532,12
C12	R\$ 14.252,14	R\$ 15.392,31	R\$ 16.213,32	R\$ 17.021,46
C11	R\$ 13.837,03	R\$ 14.943,99	R\$ 15.741,09	R\$ 16.525,70
B10	R\$ 13.434,00	R\$ 14.508,72	R\$ 15.282,61	R\$ 16.044,36
B09	R\$ 13.042,71	R\$ 14.086,13	R\$ 14.837,50	R\$ 15.577,07
B08	R\$ 12.339,37	R\$ 13.326,52	R\$ 14.037,36	R\$ 14.737,04
B07	R\$ 11.979,96	R\$ 12.938,36	R\$ 13.628,50	R\$ 14.307,80
B06	R\$ 11.631,06	R\$ 12.561,54	R\$ 13.231,55	R\$ 13.891,07
A05	R\$ 11.292,28	R\$ 12.195,66	R\$ 12.846,16	R\$ 13.486,47
A04	R\$ 10.963,36	R\$ 11.840,42	R\$ 12.472,03	R\$ 13.093,68
A03	R\$ 10.372,17	R\$ 11.201,95	R\$ 11.799,43	R\$ 12.387,56
A02	R\$ 10.070,05	R\$ 10.875,65	R\$ 11.455,75	R\$ 12.026,75
A01	R\$ 9.776,74	R\$ 10.558,88	R\$ 11.122,10	R\$ 11.676,48

Proporção Técnico/Analista: 64,2% no Cenário 1 e 67,4% no Cenário 2. Vencimento básico + GAJ.

Salários por cenário — Auxiliar

PADRÃO	JAN.–JUN. 2027	JUL. 2027 (BASE)	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2
C13	R\$ 8.693,85	R\$ 9.389,36	R\$ 11.705,42	R\$ 12.485,78
C12	R\$ 8.319,52	R\$ 8.985,08	R\$ 11.364,48	R\$ 12.122,11
C11	R\$ 7.961,25	R\$ 8.598,15	R\$ 11.033,48	R\$ 11.769,04
B10	R\$ 7.618,46	R\$ 8.227,93	R\$ 10.712,11	R\$ 11.426,25
B09	R\$ 7.290,36	R\$ 7.873,59	R\$ 10.400,12	R\$ 11.093,46
B08	R\$ 6.897,18	R\$ 7.448,96	R\$ 9.839,27	R\$ 10.495,22
B07	R\$ 6.600,22	R\$ 7.128,23	R\$ 9.552,69	R\$ 10.189,53
B06	R\$ 6.316,00	R\$ 6.821,28	R\$ 9.274,45	R\$ 9.892,75
A05	R\$ 6.044,00	R\$ 6.527,52	R\$ 9.004,32	R\$ 9.604,61
A04	R\$ 5.783,76	R\$ 6.246,46	R\$ 8.742,07	R\$ 9.324,88
A03	R\$ 5.471,84	R\$ 5.909,59	R\$ 8.270,63	R\$ 8.822,00
A02	R\$ 5.236,23	R\$ 5.655,13	R\$ 8.029,73	R\$ 8.565,05
A01	R\$ 5.010,72	R\$ 5.411,58	R\$ 7.795,87	R\$ 8.315,59

Proporção Auxiliar/Analista: 45,0% no Cenário 1 e 48,0% no Cenário 2. Vencimento básico + GAJ.